

DICAS

PÓLIS-ILDESSES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

Nº 104

1998

FINALISTAS DE 1998 DO PROGRAMA DE GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA (1)

Nesta e na próxima edição, o DICAS está apresentando as experiências classificadas como finalistas, divulgando as novas iniciativas em administração pública que ajudaram a melhorar a qualidade de vida nas diversas regiões do País.

O Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas/SP e da Fundação Ford, pretende focalizar e disseminar o que está indo bem na administração pública; descobrir as inovações e os inovadores nos níveis de governo subnacional; aumentar o estoque de conhecimento sobre experiências alternativas em gestão pública e premiar as melhores iniciativas. A partir do ciclo de premiação de 1997, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – tornou-se parceiro do Programa, financiando a premiação dos finalistas e as publicações sobre as experiências.

Ao longo dos seus dois primeiros ciclos anuais de premiação (1996 e 1997), o programa contou com quase 1000 inscrições, de vários setores da administração pública e vindas de praticamente todos os estados da federação, de centenas de municípios de todas as regiões do País e de entidades próprias dos povos indígenas.

FINALISTAS EM ORDEM DE INSCRIÇÃO - 1ª PARTE

Manejo Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Almada

Esse projeto, de iniciativa da prefeitura de Almadina-BA (8.256 hab.) envolvendo outras prefeituras, a Central Nacional de Produtores de Cacau e a ONG Grama, busca implantar o conceito de desenvolvimento sustentável aliado à preservação ambiental numa bacia hidrográfica, através de um consórcio intermunicipal. Insere-se numa região onde a cultura cacaueteira está em decadência, provocando a derrubada da cobertura vegetal e a predominância da pecuária. O projeto procura a diversificação agro-industrial e a produção de mudas frutíferas e essências florestais, além da recomposição da mata ciliar, implementação do ecoturismo na nascente do rio Almada e educação ambiental.

Plano de Trabalho da Promotoria de Defesa Comunitária do Estado de Goiás

É um projeto do ministério público do Estado de Goiás que descentraliza o atendimento na área jurídica, levando o Promotor de Justiça, estagiários de direito e advogados aos bairros periféricos das grandes cidades. Desta forma, facilita o acesso das comunidades de baixa renda à orientação jurídica, esclarecendo seus direitos, realizando acordos extra-judiciais, propondo e acompanhando ações, inquéritos e procedimentos administrativos na defesa dos direitos individual e coletivo; expedindo documentos; realizando palestras sobre a função da promotoria, os benefícios previdenciários, os direitos do consumidor, sobre infância e juventude, meio ambiente e outros temas voltados ao esclarecimento na área jurídica e social.

Programa de Desenvolvimento Auto-sustentável na Pré-Amazônia Maranhense

É um programa da Universidade Estadual Maranhense em parceria com os pequenos agricultores da Pré-Amazônia do Maranhão para o

desenvolvimento sustentável da região, investindo na tecnologia e no aproveitamentos dos recursos naturais. Busca aumentar o nível de emprego e eliminar as desigualdades sociais, melhorando a qualidade de vida dos produtores rurais da região, difundindo tecnologia para a implantação de projetos de reflorestamento, cultivando espécies nativas e promovendo a biodiversidade da Amazônia legal através dos produtores florestais não madeireiros e agroflorestais.

Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista

A Fundação Centro Mineiro de Estudos e Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho e Cidadania, da Prefeitura de Patrocínio-MG (68.478 hab.), com a Junta de Conciliação e Julgamento e a Delegacia Regional do Trabalho, montou um Núcleo Intersindical para estimular e incentivar os sindicatos e outras entidades de representação de classe a, através da parceria e da participação cooperativa com os agentes públicos, buscar soluções conjuntas para os problemas provenientes do mundo do trabalho, institucionalizando um espaço permanente de negociação e entendimento coletivo entre trabalhadores e empregadores locais.

República do Bem-Viver

A Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Santos-SP (412.243 hab.), em parceria com a Secretaria de Higiene e Saúde, a COHAB da Baixada Santista e o Fundo Social, criou República do Bem-Viver, onde os idosos vivem em coletividade, pagando um aluguel social, e são responsáveis pela gestão coletiva da casa. O objetivo deste programa é garantir o direito de moradia aos idosos de baixa renda, evitando o modelo asilar, que não preserva a individualidade, e favorecendo o processo de discussão e organização coletivas para enfrentar a questão da falta de moradia, melhorando as condições de vida.

Reforma Agrária Solidária

Esta iniciativa do IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, em parceria com o INCRA, a EMATER, a CPT, a FETRAECE e a FAEC, é um programa de financiamento de imóveis rurais para trabalhadores sem terra e minifundiários. Os trabalhadores se mobilizam atra-

vés de associações para identificar terras à venda e negociar as condições de aquisição do imóvel diretamente com os proprietários. O Estado concede o financiamento, levando em conta os valores de mercado, e propicia a infra-estrutura produtiva e social, garantindo a participação efetiva dos trabalhadores em todo o processo.

Recuperação da Agricultura Tradicional Indígena e seus Valores Culturais

O objetivo deste projeto é reintroduzir nas aldeias Krahô (em Tocantins) as variedades alimentícias vegetais que se perderam no processo de adaptação à agricultura do homem branco e que se encontram ainda conservadas em bancos de germoplasma. As atividades são desenvolvidas pelas comunidades indígenas em conjunto com a FUNAI e a EMBRAPA. Este processo ajuda a resgatar a cidadania ao recuperar o bem-estar alimentar, as tecnologias tradicionais, as práticas culturais, os modelos de conservação associados aos alimentos, e minimizando a dependência tecnológica em relação aos brancos.

Convênio Creches Comunitárias

A Secretaria Municipal de Educação da Prefei-

tura de Porto Alegre-RS (1.288 mil hab.), em parceria com as Secretarias de Saúde e Esporte, Fundação de Educação Social e Comunitária, Fórum de Entidades, Orçamento Participativo, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fóruns de Educação e Associações, estabelece convênio com creches comunitárias que atendem crianças de 0 a 6 anos em todas as regiões da cidade. O objetivo do programa é concretizar a gestão democrática, através da participação popular nas decisões sobre a aplicação dos recursos públicos municipais para educação infantil; qualificar as instituições de educação infantil, reorganizando os espaços e tempos através da política de formação permanente da Secretaria Municipal de Educação; possibilitar a ampliação do atendimento às crianças em espaços educativos qualificados.

Projeto Parteiros Tradicionais do Amapá

Esta iniciativa do Governo do Estado do Amapá busca resgatar e valorizar o trabalho das parteiros tradicionais, fundamental em regiões com aldeias e comunidades de difícil acesso mas que ainda está na ilegalidade. Com o cadastro e a regularização das parteiros, a qualidade de as-

sistência ao parto domiciliar melhora e há diminuição da morbidade e mortalidade maternas. As parteiros, organizadas em associações, recebem capacitação, supervisão e avaliação do trabalho, além do material necessário (bolsa parteira) para o seu trabalho.

Programa Mala do Livro – Bibliotecas Domiciliares

Esse programa da Secretaria de Cultura e Esporte do DF (1.821 mil hab.), instalando mini-bibliotecas públicas em residências de pessoas voluntárias, democratiza o acesso ao livro e incentiva o gosto pela leitura. O acervo, com cerca de 160 livros, é acondicionado em caixas-estante fabricadas por presidiários e a maior parte dos livros do acervo – didáticos, literatura infantil, brasileira e estrangeira – foi arrecadada junto à população, através de campanhas de doação. O empréstimo de livros e as atividades promovidas pelos agentes da leitura inserem a biblioteca no cotidiano das pessoas e promovem ações de solidariedade e cidadania. Além disso, o programa ajuda as crianças a formarem o hábito de leitura, identificando-a como uma atividade mais prazerosa que obrigatória.

PROCESSOS DE SELEÇÃO

Critérios:

- a) que introduzam mudança qualitativa ou quantitativa, em relação a práticas anteriores;
- b) que tenham impacto na melhoria da qualidade de vida do público alvo;
- c) que possam ser repetidos (ou transferidos para) outras regiões ou administrações ;
- d) ampliem ou consolidem o diálogo entre a sociedade civil e agentes públicos;
- e) utilizem recursos e oportunidades de forma responsável, na perspectiva de um desenvolvimento auto-sustentável. O Programa é aberto às instituições públicas governamentais dos níveis

estadual e municipal, e às organizações próprias dos povos indígenas. Podem ter âmbito intermunicipal, interestadual ou regional, além disso, podem ser implementados em parceria com organizações da sociedade civil (tais como organizações não-governamentais, associações comunitárias e empresas privadas) ou com órgãos da União. Os programas, projetos ou atividades devem ter pelo menos um ano de operação efetiva.

Processo de seleção:

Trata-se de um processo em três fases. Na primeira, membros do comitê

técnico selecionam 100 semifinalistas. Na segunda fase, especialistas com reconhecida atuação em diferentes áreas, assessorados por membros do comitê técnico, selecionam 20 finalistas. É realizada uma visita de campo a estes 20 finalistas e, em seguida, uma banca julgadora seleciona os cinco destaques.

Comitê Técnico:

É composto por representantes das seguintes instituições: Programas de Pós-Graduação em Administração das Universidades Federais da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul; Escola Brasileira de

Administração Pública (EBAP-FGV); Escola de Governo de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA); Instituto Pólis; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e de Políticas Públicas (CEPP); Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Núcleo de Cultura Indígena.

A banca julgadora é integrada por membros de diferentes áreas da sociedade civil de todo o Brasil, ativos no encorajamento e no auxílio a iniciativas inovadoras da administração pública.